



REGIMENTO INTERNO CONSELHO FISCAL

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO
SICOOB ARENITO PARANÁ / SÃO PAULO

**REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DE
LIVRE ADMISSÃO SICOOB ARENITO PARANÁ / SÃO PAULO**

Índice

Título	Capítulo	Seção	Descrição	Artigo	Página
I			DA DEFINIÇÃO E DA FINALIDADE	1 a 2	1
II			DA ORGANIZAÇÃO		1
	I		DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO	3 a 7	1
	II		DO CARGO DE CONSELHEIRO		4
		I	DAS AUSÊNCIAS, VACÂNCIAS E IMPEDIMENTOS	8	4
		II	DAS RESPONSABILIDADES	9	4
	III		DAS REUNIÕES		4
		I	DO LOCAL E DA PERIODICIDADE	10	4
		II	DA CONVOCAÇÃO	11 a 14	5
		III	DA CONDUÇÃO DOS DEBATES	15 a 16	5
		IV	DA PARTICIPAÇÃO DE TERCEIROS	17	5
		V	DA REMESSA DE INFORMAÇÕES	18 a 19	5
		VI	DA VOTAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO	20 a 28	6
		VII	DO CRONOGRAMA ANUAL	29	7
III			DAS COMPETÊNCIAS		7
	I		DO COLEGIADO	30	7
	II		DO COORDENADOR E DO SEU SUBSTITUTO	31 a 32	8
	III		DO SECRETÁRIO	33	8
IV			DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	34 a 39	9
			CRONOGRAMA		10

**TÍTULO I
DA DEFINIÇÃO E DA FINALIDADE**

Art. 1º O Conselho Fiscal é o órgão responsável pela fiscalização assídua e minuciosa da administração da *Cooperativa*, sujeito aos ditames do Estatuto Social e regido, de forma complementar, por este Regimento.

Art. 2º O Conselho Fiscal tem como finalidade certificar que as atividades previstas para a associação, as funções desempenhadas e as operações realizadas pelos responsáveis competentes, os controles operacionais, os registros e as demonstrações contábeis e demais atos e fatos administrativos estão em conformidade com o disposto no Estatuto Social e na legislação e nas normas aplicáveis à *Cooperativa*.

**TÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO**

**CAPÍTULO I
DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO**

Art. 3º O Conselho Fiscal será constituído por 3 (três) membros efetivos e 1 (um) membro suplente, todos associados, eleitos a cada 3 (três) anos pela Assembleia Geral.

§ 1º A cada eleição deve haver a renovação de, pelo menos, 1 (um) membro efetivo.

§ 2º O mandato dos conselheiros fiscais estender-se-á até a posse dos seus substitutos.

Art. 4º Além de observar o disposto no Estatuto Social e na legislação e regulamentação em vigor, são condições para ser eleito conselheiro fiscal da *Cooperativa*:

- I. estar alinhado com os valores da organização e com o respectivo Pacto de Ética do Sicoob;
- II. ter disponibilidade de tempo para execução das atividades inerentes ao cargo.

§ 1º Os membros do conselho fiscal equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas para efeito de responsabilidade criminal.

§ 2º Nenhum associado pode exercer, cumulativamente, cargos nos órgãos de administração e no Conselho Fiscal.

§ 3º Não é admitida a eleição de representante de pessoa jurídica integrante do quadro de associados.

Art. 5º Na primeira reunião, os membros efetivos do Conselho Fiscal escolherão entre si 1 (um) coordenador para convocar e dirigir os trabalhos das reuniões e 1 (um) secretário para lavrar as atas.

Art. 6º Na primeira reunião do Conselho Fiscal eleito deverão comparecer o coordenador da gestão anterior e/ou outro por ele indicado para:

- I. transmissão do cargo;
- II. entrega da documentação;

III. prestação de esclarecimentos de eventuais pendências.

Art. 7º Quando eleitos e ao assumirem o cargo, os conselheiros fiscais participarão de programa específico que apresente, entre outros:

- I. a descrição das suas funções e das suas responsabilidades;
- II. os três últimos relatórios e balanços anuais;
- III. as atas das reuniões do Conselho Fiscal;
- IV. o planejamento estratégico;
- V. o sistema de gestão e de controle de riscos;
- VI. informações diversas e relevantes sobre a organização e o setor de atuação.

CAPÍTULO II DO CARGO DE CONSELHEIRO

SEÇÃO I DAS AUSÊNCIAS, VACÂNCIAS E IMPEDIMENTOS

Art. 8º As disposições referentes a ausências, vacâncias e impedimentos são aprovadas em Assembleia Geral e estão dispostas no Estatuto Social.

SEÇÃO II DAS RESPONSABILIDADES

Art. 9º Os membros do Conselho Fiscal, além de observarem os deveres legais inerentes ao cargo, devem pautar sua conduta por elevados padrões éticos, bem como estimular as boas práticas de governança corporativa, contribuindo para preservar os interesses sociais da *Cooperativa*.

CAPÍTULO III DAS REUNIÕES

SEÇÃO I DO LOCAL E DA PERIODICIDADE

Art. 10. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e extraordinariamente, sempre que necessário, por proposta de qualquer um de seus membros, preferencialmente, na sede da *Cooperativa*, visando ao cumprimento de suas finalidades estatutárias e na forma do cronograma (Anexo), observando-se, em ambos os casos, as seguintes normas:

- I. as reuniões serão realizadas sempre com a presença de 3 (três) membros;
- II. as deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos presentes;
- III. os assuntos tratados e as deliberações resultantes constarão em ata.

§ 1º Mediante autorização do colegiado, as reuniões poderão ser realizadas por videoconferência.

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO SICOOB ARENITO PARANÁ / SÃO PAULO

§ 2º O membro suplente poderá participar das reuniões e das discussões dos membros efetivos sem direito a voto, exceto se comparecer, por convocação, para substituir membros efetivos.

§ 3º Na ausência do coordenador, os trabalhos serão dirigidos por substituto escolhido na ocasião.

SEÇÃO II DA CONVOCAÇÃO

Art. 11. As reuniões poderão ser convocadas por qualquer de seus membros, por solicitação do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou da Assembleia Geral.

Art. 12. As convocações serão efetuadas mediante remessa de pautas por meio de expediente padronizado.

Art. 13. A pauta dos assuntos a serem discutidos nas reuniões ordinárias e extraordinárias será definida pelo coordenador do Conselho Fiscal ou seu substituto.

Art. 14. Os assuntos pautados para as reuniões devem se revestir da importância devida, estando, preferencialmente, de acordo com o cronograma de assuntos anexo a este Regimento.

SEÇÃO III DA CONDUÇÃO DOS DEBATES

Art. 15. Os horários de início e finalização das reuniões, previstos nas convocações deverão, sempre que possível, ser cumpridos rigorosamente.

Art. 16. Cabe ao coordenador do Conselho Fiscal organizar e conduzir os debates, de modo que as discussões sejam democráticas, objetivas e respeitem o tempo registrado na pauta.

§ 1º Os conselheiros fiscais devem se manifestar de forma clara, objetiva e concisa.

§ 2º Os conselheiros fiscais devem atentar para que as manifestações sejam coerentes e tenham início, meio, fim.

SEÇÃO IV DA PARTICIPAÇÃO DE TERCEIROS

Art. 17. O Conselho Fiscal poderá:

- I. solicitar a participação, em suas reuniões, dos diretores executivos, empregados, agentes de controles internos, auditores, assessores e outros profissionais para exposição de temas relacionados à sua área de atuação;
- II. demandar outras áreas da *Cooperativa* para cumprimento de suas atividades.

SEÇÃO V DA REMESSA DE INFORMAÇÕES

Art. 18. Todos os documentos e informações remetidos/enviados ao Conselho Fiscal serão disponibilizados no Portal de Governança Corporativa para efeito de registro e adoção das

providências cabíveis.

Art. 19. Nas reuniões do Conselho Fiscal, será realizada a leitura da última ata assinada do Conselho de Administração, bem como prestados esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Parágrafo único. O Conselho Fiscal poderá proceder leitura das minutas das atas de reuniões do Conselho de Administração, observadas as regras contidas no Regimento Interno daquele órgão.

SEÇÃO VI DA VOTAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO

Art. 20. As deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos presentes, proibida a representação.

Art. 21. As reuniões serão registradas em atas, lavradas em livro próprio ou em folhas soltas a serem encadernadas e numeradas ou em meio digital, nos termos do parágrafo único deste artigo, de uso exclusivo da *Cooperativa*, contendo de forma sucinta e clara o relato dos levantamentos e análises efetuadas, inclusive dissidências e protestos, observadas as disposições legais, e farão prova, para todos os fins legais de sua atuação.

Parágrafo único. A critério do Conselho Fiscal, as atas poderão ser digitais ou digitalizadas, tendo o mesmo valor probatório do documento original, para todos os fins de direito, sendo suficientes para comprovação de autoria e integridade, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.

Art. 22. A ata da reunião será lavrada, lida e assinada pelos conselheiros fiscais na mesma data de realização da reunião.

Parágrafo único. Quando o Conselho Fiscal participar de reuniões com outros órgãos de administração, será lavrada ata própria.

Art. 23. Todas as irregularidades ou dúvidas levantadas pelo Conselho Fiscal serão encaminhadas para conhecimento e adoção das providências cabíveis pela Diretoria Executiva.

Parágrafo único. Não sendo adotadas as devidas providências no prazo assinalado pelo Conselho Fiscal, o diretor executivo responsável da *Cooperativa* poderá ser convocado para prestar esclarecimentos.

Art. 24. O Conselho Fiscal, a pedido de qualquer dos seus membros, solicitará aos órgãos da administração:

- I. esclarecimentos ou informações necessários ao exercício de sua função fiscalizadora;
- II. a elaboração de demonstrações financeiras ou contábeis especiais.

Art. 25. O Conselho Fiscal, a pedido de qualquer dos seus membros, solicitará, ainda, aos auditores:

- I. esclarecimentos ou informações necessárias ao exercício de sua função fiscalizadora;

II. a apuração de fatos específicos.

Art. 26. Depois de assinadas, as atas de reunião serão disponibilizadas no Portal de Governança Corporativa para consulta pelos membros do colegiado.

Art. 27. Todos os documentos, inclusive os originais das atas, relacionados às reuniões ficarão arquivados em armário com chave, sob a responsabilidade dos colaboradores da área de Governança Corporativa da *Cooperativa*.

Art. 28. O registro da presença dos conselheiros fiscais nas reuniões será evidenciado pela assinatura em livro próprio ou em outro meio capaz de evidenciar as presenças, sendo providenciado pelo secretário do Conselho Fiscal.

SEÇÃO VII DO CRONOGRAMA ANUAL

Art. 29. Na penúltima reunião de cada ano, o Conselho Fiscal aprovará o cronograma anual para realização das reuniões no ano seguinte.

TÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS

CAPÍTULO I DO COLEGIADO

Art. 30. Além de outras atribuições decorrentes de lei, do Estatuto Social e as de caráter complementar previstas em normativos internos, compete ao Conselho Fiscal:

- I. aprovar, por maioria dos membros, o seu Regimento Interno;
- II. fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- III. opinar sobre o relatório da administração e as demonstrações contábeis, fazendo constar de seu parecer as informações complementares que julgar necessárias;
- IV. opinar sobre propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à Assembleia Geral, incluindo temas relativos à incorporação, à fusão ou ao desmembramento da *Cooperativa*;
- V. comunicar, por meio de qualquer de seus membros, aos órgãos de administração, à Assembleia Geral e ao Banco Central do Brasil, os erros materiais, fraudes ou crimes de que tomarem ciência, bem como a negativa da administração em fornecer-lhes informação ou documento;
- VI. convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos de administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação;
- VII. convocar a Assembleia Geral Extraordinária sempre que ocorrerem motivos graves e urgentes, incluindo, na agenda das Assembleias, as matérias que considerarem necessárias;
- VIII. analisar, mensalmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas pela *Cooperativa*;

- IX.** examinar as demonstrações contábeis e opinar sobre elas;
- X.** exercer essas atribuições durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que as regulam;
- XI.** assistir às reuniões do Conselho de Administração convocadas para deliberação de assuntos que o Conselho Fiscal deverá opinar;
- XII.** participar, com pelo menos um de seus membros, das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, respondendo pelas solicitações de informações apresentadas.

Parágrafo único. No desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal poderá valer-se das informações constantes nos relatórios de Auditoria, do Controle Interno, dos diretores executivos ou dos empregados da *Cooperativa* ou da assistência de técnicos externos, às expensas da *Cooperativa*, quando a importância ou a complexidade dos assuntos os exigirem.

CAPÍTULO II DO COORDENADOR E DO SEU SUBSTITUTO

Art. 31. Compete ao coordenador do Conselho Fiscal:

- I.** convocar e presidir as reuniões do Conselho Fiscal;
- II.** designar as datas para realização das reuniões do Conselho Fiscal, conforme calendário previamente estabelecido;
- III.** atribuir funções especiais a qualquer dos membros do Conselho Fiscal;
- IV.** implantar as sistemáticas de trabalho do Conselho Fiscal;
- V.** solicitar as informações necessárias ao desempenho das atribuições do Conselho Fiscal aos órgãos de administração da *Cooperativa*.

Art. 32. Ao substituto, caberá a substituição temporária do coordenador nos casos de ausências ou impedimentos ocasionais.

CAPÍTULO III DO SECRETÁRIO

Art. 33. Na primeira reunião do Conselho Fiscal, será designado um secretário, dentre os membros, ao qual competirá:

- I.** responsabilizar-se pelas atas;
- II.** colher as assinaturas.

Parágrafo único. O secretário poderá ser auxiliado, na lavratura das atas de reunião e na coleta das assinaturas, pela área responsável pelo assessoramento aos órgãos de governança corporativa.

**TÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 34. Este Regimento Interno norteará as ações do Conselho Fiscal, podendo ser revisto e alterado em questões pertinentes, por proposta de qualquer de seus membros, aprovada na forma regimental.

Art. 35. O Conselho Fiscal, a seu critério, poderá criar comitês ou grupos de trabalhos para subsidiarem o órgão em questões específicas.

Art. 36. Todos os participantes das reuniões, incluindo os conselheiros fiscais, o secretário, os convidados, os técnicos e outros que porventura venham a participar das reuniões do Conselho Fiscal, têm por obrigação ética, legal e profissional de manter sigilo das informações relacionadas às reuniões do colegiado, tornando-se legalmente responsáveis por quaisquer eventuais divulgações indevidas.

Art. 37. Os conselheiros fiscais devem observar os comportamentos éticos e as condutas pessoais mais praticadas nos relacionamentos institucionais, especialmente aqueles apresentados no Pacto de Ética do Sicoob.

Art. 38. Em caso de conflito entre este Regimento Interno e o Estatuto Social da *Cooperativa*, prevalecerá o último, sendo que as dúvidas e os casos omissos serão resolvidos pelo próprio Conselho Fiscal.

Art. 39. Este Regimento Interno foi aprovado na 218ª reunião do Conselho Fiscal, realizada em 27/02/2023, data em que passa a vigorar.

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO SICOOB ARENITO PARANÁ / SÃO PAULO

Anexo

Cronograma de assuntos do Conselho Fiscal

CRONOGRAMA ANUAL DE ASSUNTOS - CONSELHO FISCAL													
Legenda:													
● Itens cuja inclusão em pauta, especialmente quanto à periodicidade, deve ser observada e seu cumprimento acompanhado.													
○ Itens cuja inclusão em pauta, dependerá de demanda específica para efeito de inclusão do tema na pauta ou disponibilização do material aos conselheiros.													
Assunto	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Periodicidade
Auditoria e compliance (1)													
Analisar os relatórios das Auditorias Interna e/ou Externa e/ou de Controles Internos	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	mensal
Acompanhar os trabalhos de Auditoria Interna e/ou Externa	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	eventual
Analisar os relatórios dos sistemas de controles internos/conformidade	○	●	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	anual
Reunião com o Auditor Externo	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	eventual
Prestação de contas, patrimônio e financeiro													
Analisar o relatório da administração e as Demonstrações Contábeis - Emitir parecer	○	●	○	○	○	○	○	●	○	○	○	○	semestral
Opinar sobre a proposta distribuição de sobras da Cooperativa	○	●	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	anual
Acompanhar as informações contábeis (2)	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	mensal
Acompanhar o cumprimento do orçamento	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	bimestral
Acompanhar as informações financeiras	●	○	●	○	●	○	●	○	●	○	●	○	bimestral
Acompanhar o cumprimento das exigibilidades (3) (caso aplicável)	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	●	○	anual
Manifestar-se sobre a proposta de transformação, incorporação, fusão ou desmembramento da Cooperativa	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	eventual
Acompanhamento do cumprimento do planejamento estratégico - metas	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	eventual
Ouvidoria													
Analisar o relatório de Ouvidoria	○	●	○	○	○	○	○	●	○	○	○	○	semestral
Riscos e Controles Internos - acompanhamento													
Gestão de riscos (*)	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	mensal
Rating Sistêmico de Cooperativas	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	mensal
Controles Internos, PLD/FT e Prevenção a Fraudes	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	trimestral
Gerenciamento de capital	●	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	trimestral
Demais órgãos da estrutura de Governança													
Ata do Conselho de Administração	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	mensal
Atas dos Comitês de Assessoramento (se houver)	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	eventual
Reunião com o Conselho de Administração	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	eventual
Participação nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	anual
Outros	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	eventual
Acompanhamentos diversos													
Aprovar/revisar o próprio regimento	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	●	○	anual
Definição e/ou alteração do calendário anual	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	anual
Acompanhamento de informações administrativas/diversas	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	eventual
Observações:													
(1) - Remessa permanente e tempestiva dos: (i) relatórios das auditorias interna (minuta e versão final) e externa (versão final); e (ii) expedientes emitidos por entidades fiscalizadoras recebidos pela área responsável pelo apoio aos órgãos de governança.													
(2) - Além da apresentação serão disponibilizados os balancetes mensais da Cooperativa.													
(3) - O cumprimento das exigibilidades, no aspecto contábil, tem relação com a quitação das contas de obrigações pela Cooperativa.													
(*) Acompanhamento do gerenciamento de riscos													
Riscos previstos (crédito, mercado, variação de taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental, imagem, estratégia, conformidade e cibernético, PLD/FT e GCN)	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
Risco de Crédito	●	○	○	●	○	○	○	○	○	○	○	○	Trimestral
Risco de Mercado	○	●	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	Trimestral
Risco de Variação das Taxas de Juros	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	Trimestral
Risco de Liquidez	○	●	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	Trimestral
Risco Operacional	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	Trimestral
Risco Socioambiental	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	Trimestral
Risco Cibernético (caso a Cooperativa tenha sistema próprio)	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	Semestral
Gestão de Continuidade de Negócios	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	Semestral